



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**ÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE PLANEJAMENTO (CTEP)****ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2022**

Em 05 de agosto de 2022, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica Especializada de Planejamento (CTEP) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais (CERH-MG-MG), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes: O presidente Thiago Figueiredo Santana, representante da Semad. Representantes do Poder Público Estadual: Laís Ione Araújo Fagundes, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Carolina Lobello Lorensini, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa). Representantes do Poder Público Municipal: Josias Gomes Ribeiro Filho, da Prefeitura Municipal de Araçuaí; Frederico Arthur Souza Leite, da Prefeitura Municipal de Itabirito; Aparecida Suely Alves de Oliveira, da Prefeitura Municipal de Rio Pomba. Representantes dos Usuários de Recursos Hídricos: Thiago Salles de Carvalho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel); Deivid Lucas de Oliveira, da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Jadir Silva de Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig). Representantes da Sociedade Civil: Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Valter Vilela Cunha, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de Paracatu (Mover). **Assuntos em Pauta. 1) ABERTURA.** Constatado o quórum regimental, o presidente Thiago Figueiredo Santana declarou aberta a 4ª reunião ordinária da Câmara Técnica Especializada de Planejamento, do CERH-MG-MG. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não houveram inscrições. **3) EXAME DA ATA DA 3ª RE DA CTEP, de 06/05/2022.** Retirada de Pauta. **4) APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS DO LESTE - PDRH LESTE: RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DO PDRH; RESUMO EXECUTIVO DO PDRH E FOLHETO DE DIVULGAÇÃO. APRESENTAÇÃO: GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS/IGAM E PROFILL ENGENHARIA E AMBIENTE S.A.** Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Antes de passar a palavra, faço um esclarecimento sobre esse item. Conforme já foi pautado em reunião anterior, devido ao fato desse território não possuir Comitê de Bacia instituído, a apreciação deste documento vem ao CERH-MG-MG. Essa Câmara é responsável pelo acompanhamento e aprovação dos relatórios emitidos, contudo a aprovação do Plano em si para estabelecimento das diretrizes de planejamento daquele território será de competência do Plenário do CERH-MG-MG”. Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/IGam: “Essa é a fase de análise e aprovação dos relatórios finais do Plano Diretor de Recursos Hídricos das Bacias do Leste. Hoje temos o Plano Diretor Consolidado, que reúne as fases do Diagnóstico, do Prognóstico, e Plano de Ação que já foram avaliados aqui; e temos o Resumo Executivo, que é o trabalho prático para informações voltadas à execução; e o folheto de divulgação que poderá ser utilizado pela bacia para difundir a existência do Plano Diretor par seus moradores”. A apresentação foi realizada pelo Sr. Vinícius Montenegro, da Profill Engenharia. Valter Vilela Cunha - Abes: “No item das Conclusões do Diagnóstico, o que seria “Adotar mecanismos de cooperação para os problemas de drenagem urbana”? Vinícius Montenegro - Profill Engenharia: “Sugerimos que os problemas identificados na região, não têm origem em um único município e devem ser abordados sob o ponto de vista de Consórcio Municipal, ou alguma ação que venha com uma abrangência territorial maior. Por isso falamos em soluções consorciadas, para que se

tenha institucionalmente um poder de atuação maior e principalmente para arrecadação de fundos. É esse o conceito. Valter Vilela Cunha - Abes: “Como o Igam pensa em fazer essa integração com os outros Comitês, que é o ponto mais crítico? Eu gostaria que fosse mais detalhado pelo Igam qual seria a estratégia dessa integração, porque se ela não for feita todo o trabalho vai para uma prateleira”. Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “É bom lembrar que essas bacias não têm Comitê e elas nos demandam muito por isso. Da parte técnica de identificar qual seria a bacia que melhor poderia integrar essas Bacias do Leste uma a uma, o trabalho foi muito bem feito. Nos últimos acompanhamentos que viemos trabalhando com a Agência Nacional de Águas – ANA, e esse é um produto que se tornou referência nacional de qualidade, tanto pela construção e possibilidade do que foi preparado em um momento de pandemia que acabou agregando mais participação. Conseguimos trazer representantes dessas bacias que estão no entorno, algo que provavelmente não aconteceria em várias reuniões presenciais. Então, quando estávamos discutindo as pequenas bacias mais próximas do Mucuri, tivemos participação de membros do Comitê do Mucuri. Quando estávamos discutindo as bacias mais próximas do São Mateus, tivemos participação de membros da bacia do São Mateus, inclusive do lado do Estado do Espírito Santo. Então, ao longo das várias discussões que foram realizadas, trouxemos esses atores estratégicos para discutir e já entender essa necessidade. Então todos eles estão cientes do trabalho que vem sendo feito, não houve nenhuma objeção a essa inclusão e é um pouco mais fácil trazer uma área que não tem Comitê para que ela seja agregada a um Comitê que passe a responder por ela também. Se deverá haver um novo formato de que sejam indicados novos conselheiros respondendo, esse é um trabalho que o próprio Comitê pode fazer posteriormente, há tempo para que isso seja feito. Mas em relação à integração e discussão todos tiveram a oportunidade de participar, inclusive houve participação de bacias mais ao sul, de conselheiros do Paraíba do Sul, de conselheiros da bacia do Doce, pois há relação com os limites dessas duas, e isso foi muito produtivo e considero que em relação a isso podemos ficar tranquilos. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Viemos nos reunindo com Comitês, em especial Comitês do Semiárido Mineiro e Leste e uma das pautas de discussões é essa possibilidade de revisão dos territórios daquela região, principalmente para que tenhamos efetividade nessas ações que serão propostas, porque estamos no momento de aprovação de relatórios, mas quando estiverem efetivamente aprovados e com objetivos para implementação, teremos que discutir com os Comitês Paraíba do Sul 1 e Paraíba do Sul 2 e com Manhauçu. E com o Semiárido Mineiro, assim que aprovado pelo Conselho ele entra na nossa pauta de discussão de uma forma mais decisiva, para qual caminho tomar. São discussões que perpassam a questão do Semiárido Mineiro sobre critérios de cobrança, sobre a gestão de territórios, sobre a eficiência do sistema como um todo. Estamos nos reunindo com as diretorias e começando a seguir para as plenárias para apresentarmos essas propostas, pois temos o objetivo de dar mais efetividade. A aprovação do instrumento de planejamento não é uma indicação do Igam, mas da política de Estado, de que precisamos tratar esses territórios para que tenhamos uma gestão com maior efetividade dessas ações. Vinícius Montenegro - Profill Engenharia: “Sobre como os Planos estão estruturados, enfrentamos essa problemática desde o início, ainda quando estávamos elaborando o Plano de Comunicação e Mobilização para fazer as reuniões desse PDRH e ficou muito claro que teríamos que acessar outros atores, em um formato diferente do tradicional para que conseguíssemos construir esse plano de uma maneira adequada. A pandemia trouxe a facilidade da realização de reuniões virtuais e isso trouxe um ganho, mas já nas reuniões presenciais, principalmente nas bacias mais ao norte, vieram representantes da Bahia para a região. Então já vínhamos fazendo esse processo e quando fomos construir o Plano de Ação de fato, buscamos rebater algumas ações. Então, com exceção do que era obrigatoriedade legal, que tem metas definidas, procuramos rebater todas as ações em 3 ou 4 anos, dependendo da priorização, para eu houvesse tempo que o processo de integração ocorresse. Deixamos o plano fosse flexível para isso e para que passasse por esse processo de ser absorvido pelos Comitês integradores”. Túlio Bahia – GPLAN/Igam: “Como o Vinícius falou, é uma massa de dados que é difícil de expor em um tempo curto, mas ele fez os principais apontamentos que o Plano traz em seus relatórios. Enquanto fiscal desse contrato, vou abordar as duas questões que o Valter levantou. Sobre a pergunta do Valter em relação à pergunta sobre a drenagem, respondida pelo Vinícius, os diagnósticos chamaram a atenção, por exemplo, para a questão das inundações. Uma visão muito pontual é a de realização de dragagem de um rio, mas existe um problema pretérito, temporal e espacial, de perda de solo, bacias com topografias acentuadas, por exemplo. Então podemos realizar a dragagem, mas se o problema de cobertura vegetal não for corrigido e outras ações não forem realizadas, vamos permanecer dragando o rio. Por isso chamamos a atenção para essa coordenação de bacia hidrográfica e

no lado baiano, por exemplo, foi diagnosticada em um determinado momento a questão de escassez hídrica e tivemos muitos representantes do Comitê do lado baiano, e essas bacias demandaram muito a integração com o lado mineiro. Paradoxalmente nesse ano do diagnóstico tivemos muitas chuvas tanto em Minas quanto na Bahia, e na bacia do Itanhém tivemos desastres consideráveis, então seja para o caso de escassez ou de cheias, temos essa integração urgindo. Então fica minha sugestão, seja para a CNR ou Plenário do Copam, que possamos convidar o Secretário de Meio Ambiente ou um representante a bacia do Itabapoana, que tem muito interesse de que o Comitê do Itabapoana tenha uma integração com o Comitê da bacia do Muriaé, conforme está sendo apontado no Plano. Uma vez aprovado o Plano, não sei se o CERH-MG já poderia demandar alguma alteração em termos de integração, pois essas bacias do Leste não são consideradas circunscrições hidrográficas, no sentido de elas serem integradas às respectivas bacias para as quais o Plano está indicando. Fica minha sugestão para convite desses membros para as próximas discussões do Plano". Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: "Em relação à sua dúvida, é uma análise que teremos que fazer de forma mais ampla, de forma a levar o processo na base, para não vir algo de cima para baixo, pois as políticas públicas são muito questionadas. Devemos lembrar também, no momento de elaboração da pauta da reunião, de trazer esses cidadãos que participaram para esse momento de aprovação do Plano". Relatório de Plano de Consolidação aprovado por unanimidade. **Votos Favoráveis: SEDE, SEE, Seapa, Prefeitura de Araçuaí, Prefeitura de Itabirito, Prefeitura de Rio Pomba, Abragel, Fiemg, Siamig, UFU, Abes e Mover.** 5) **APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE REVISÃO DA DELIBERAÇÃO NORMATIVA CERH-MG-MG Nº 61, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2018, QUE ESTABELECE AS DIMENSÕES DO MONITORAMENTO DA GOVERNANÇA DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS. RESPONSÁVEIS: ASSESSORIA DE PROGRAMAS, PROJETOS E PESQUISA EM RECURSOS HÍDRICOS/IGAM E GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS/IGAM.** Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: "Essa não é uma apresentação específica para a Câmara, ela foi feita na reunião mais recente do CERH-MG-MG de julho, e na ocasião foi indicado o acompanhamento aqui pela CTEP, então vamos cientificá-los da discussão e expor os motivos desse encaminhamento para a CTEP". A apresentação foi realizada por Allan de Oliveira Mota, Diretor da GPLAN/Igam. Sylvio Luiz Andreozzi – UFU: "Sugiro que essa comissão que faz o acompanhamento se transforme em um Grupo de Trabalho para oferecer soluções e traga a proposta de modificação da diretriz normativa, porque é o grupo que deve ou deveria estar mais integrado com o próprio processo de avaliação e já deve ter identificado as dificuldades, já tem acesso. Então é o grupo mais indicado sob o ponto de vista de conhecimento técnico, para trazer à Câmara Técnica uma proposta para avaliação. É minha proposta de encaminhamento. A respeito do conteúdo, faço duas observações. No meu entendimento, a diretriz normativa trata muito mais de um desempenho da atuação governamental no sistema. Dos quatro eixos, somente o último tem uma certa abertura para a outros setores da sociedade. Os três primeiros são diretamente de avaliação do desempenho governamental. Nada contra, se o objetivo da diretriz for esse. Mas se o objetivo for a avaliação do sistema, talvez necessitemos da colocação de eixos para avaliar os setores não-governamentais que atuam no sistema para abrirmos uma discussão muito mais profunda para saber o quanto e o que podemos avaliar, sem entrar nas discussões que já observamos no CERH-MG sobre competência, sobre formação profissional, porque senão vamos misturar os assuntos. É uma decisão que precisa ser tomada para tomarmos uma direção, se vamos acompanhar do desempenho governamental ou a avaliação dos atores não governamentais. A questão da periodicidade, a forma como vocês mantêm uma série histórica anual é muito bom. Se vocês recebem essas informações anualmente, o processamento delas é muito desgastante a ponto de inviabilizá-la? A segunda questão é se não for feito o acompanhamento anual ou a publicação anual, em que tempo essas informações são relevantes para o conhecimento do público e para o controle do funcionamento do sistema, porque estou pensando nos prazos que temos. Nos Comitês os mandatos da diretoria são de dois em dois anos, ou de quatro em quatro anos, que é o período do mandato como um todo, então esse poderia ser o período definido para que seja feito o ajuste pelo desempenho do Comitê? Definir o prazo precisa ser muito bem justificado. Mas publicar todo ano cria um acervo de séries históricas para pesquisas futuras com um material riquíssimo do desempenho da Semad na administração dos recursos hídricos". Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: "Ainda não sabemos qual é a melhor opção de periodicidade. Vamos identificar qual é a melhor periodicidade, esse é o foco. Respondendo às duas perguntas, nossa maior dificuldade é primeiramente com o levantamento de dados. Antes do processamento, levantar os dados já é bem difícil porque não é simplesmente o encaminhamento de informações, mas temos que acompanhar a produção

das informações junto a todos os Comitês, às Câmaras Técnicas, às Agências de Bacia onde elas estão presentes, inclusive é mais fácil, mas onde não tem o diálogo deve ser mais a fundo. Depois, para o processamento leva-se um tempo bem desgastante para discutirmos e para ser algo realmente produtivo. E o prazo de fechamento do ano e processamento dos dados para apresentação na primeira reunião do ano do CERH-MG é inviável. O que poderia nos ajudar nessa definição seria essa proposta que colocamos, de um ator independente externo ao sistema que pudesse analisar o que já foi feito e propor alguns indicativos”. Tobias Tiago Pinto Vieira – Mover: “Para começarmos a discutir qualquer alteração na DN, precisamos saber quais resultados isso trouxe até hoje e se trouxe resultados, de uma forma geral, como foi avaliado, se foi avaliado, quais foram os resultados, dentro da avaliação o que foi difícil, o que foi possível e impossível, etc. Para começarmos a discutir uma alteração, precisamos saber o que aconteceu anteriormente. Não concordo que a cada vez que encontramos uma barreira, haja uma alteração, pois vamos encontrar outras barreiras, então acho que temos que verificar pontualmente o que deu certo ou não. Sobre os Comitês de Bacias, considero fundamental avalia-los conforme prazos, conforme demandas enviadas e respondidas, porque existem Comitês mais ativos e outros que deixam muito a desejar, e é muito importante avaliar a diretoria inclusive apontando qual setor representa a diretoria, pois há setores que se utilizam dos Comitês para politicagem, trazendo grandes prejuízos à gestão de recursos hídricos, e há setores que fazem um bom trabalho sem envolver politicagem. Então devemos buscar avaliar a diretoria e avaliar os setores mais participativos. Fazer uma avaliação simples, como é feita no Copam, de critérios como participação, frequência, pedido de vistas, colocações, solicitações de alteração, etc. Isso vai trazer uma visão diferente da participação do próprio Estado nos Comitês de Bacias que são parte do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Para fazermos qualquer alteração, precisamos olhar o que existe, que é a 61, ver o que foi bom e o que foi ruim, e por outro lado ver um meio de avaliar melhor os Comitês de Bacias minuciosamente e verificar a participação dos setores se foi a contento. Acredito que uma cobrança sobre os setores e apontar os resultados desse monitoramento aumentará a participação dos setores e aumenta a possibilidade de uma maior eficiência. Peço então que nos encaminhe o histórico e os resultados obtidos para elaborarmos propostas nessa linha e termos uma avaliação a contento para que isso tenha um plano operacional. Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “Em relação a esse pedido já estão disponíveis o primeiro e segundo relatórios nos portais do Sisema. Essas avaliações de setores que você mencionou já fazem parte do componente da dimensão 3 na parte do “Índice de suporte à gestão” e é um trabalho que buscamos fazer durante a discussão do acompanhamento junto a cada Comitê de Bacia, mas claro que alguns pontos podem melhorar muito, porque os indicadores têm alguns critérios para serem elaborados e nem sempre conseguimos montar um indicador que avalie exatamente aquilo que queremos identificar. Então seu compartilhamento é importante”. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Allan, verifique junto à Secretaria Executiva como funcionou todo esse processo que o conselheiro Tobias mencionou para trazermos à Câmara como contribuição”. Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa – SEE: “Faço um questionamento quanto à formação da base de participação dos setores, porque entendemos que realmente deve-se ter um conhecimento específico para participar da Câmara, para participar do Conselho e como são vários setores diferentes, tanto do governo quanto de fora, se há uma proposição de formação dessa base para que as pessoas sejam realmente preparadas para participar com qualidade e com contribuições significativas”. Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: “Sempre que conseguimos aplicar os resultados, que já trazem consigo um histórico, fazemos um alinhamento sobre o assunto em cada Comitê apresentando os resultados e discutindo e são identificadas as fragilidades, os pontos a serem fortalecidos, o que é exemplo para os demais Comitês. Fazemos também apresentações via Webinar sobre determinados temas e convidamos os Comitês e fazemos o acompanhamento. Fizemos uma capacitação de dois dias com os auxiliares dos Comitês para que eles possam apoiar as diretorias nos levantamentos de dados. Fizemos uma capacitação de dois dias também para Agências de Bacias. Tudo isso trouxe ótimos resultados, além de possibilitar que eles também propusessem melhorias e pudéssemos revisar nossas ações. Durante sesses processos e um indicativo é que estamos colocando esses indicadores dentro de algo mais dinâmico, como um sistema de acompanhamento por *software*”. Ana Sílvia Gama Pereira Barbosa – SEE: “Sugiro que no Trilhas do Saber seja disponibilizada uma formação para todo o Estado com um olhar específico para cada um dos Comitês, mas com o que for geral para embasar todos os participantes e também a comunidade de forma geral que poderá se inteirar melhor para participar com mais qualidade”. Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: “Allan, você poderia sugerir como podemos conduzir essas discussões nas próximas reuniões da CTEP de forma

construtiva". Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: "O primeiro ponto seria o encaminhamento que o conselheiro Sylvio colocou. Faremos essa revisão via CTEP ou via Comissão? Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: "O acompanhamento, pelo atual regimento é pela CTEP, que é a responsável por propor normas e até para a Câmara ter um funcionamento mais regular". Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: "Seguimos então. Exposto o tema, que era o objetivo hoje, seguindo a indicação do conselheiro Tobias vamos disponibilizar novamente os Relatórios 1 e 2, 2019 e 2020 para trabalharmos aqui apenas como referência e nesse primeiro momento seria uma avaliação de cada conselheiro para que na próxima reunião façamos algumas indicações para a DN. Eu faria essa sequência considerando que um caminho importante que dará resultados que podem ser utilizados é a avaliação independente de resultados que mencionei". Sylvio Luiz Andreozzi – UFU: "A comissão que havia anteriormente não vai mais ser chamada e a discussão virá para a CTEP? Minha sugestão é transformar essa comissão em um GT, já que ela faz o acompanhamento, que ela faça também a análise da DN e traga uma proposta à CTEP, uma vez que eles vão se inteirar dos relatórios anteriores, das dificuldades mencionadas pelo Allan. Então que esse grupo faça a análise da diretriz normativa e proponha à CTEP, diante das questões levantadas hoje, uma diretriz normativa nova. O trabalho duplica, mas aumentamos a base técnica fazendo uma análise primeiro em uma comissão e depois na CTEP". Allan de Oliveira Mota - Diretor da GPLAN/Igam: "O parágrafo 6º do artigo 3º da Deliberação da análise de governança permite que a comissão traga algumas dessas avaliações e proponha à CTEP". Presidente Thiago Figueiredo Santana – Semad: "Pegando um gancho na proposta do conselheiro Sylvio, creio que a Gerência de Planejamento possa mobilizar essa comissão, fazer reuniões, já levar esse indicativo que saiu da CTEP para fazer essa avaliação e a partir de um documento gerado da comissão a CTEP proponha as melhorias na DN. Atende aos anseios do conselheiro Sylvio e inclui também nossas proposições da CTEP. Agregamos mais mãos e saímos com um produto mais valioso. Podemos tramitar dessa forma? Não havendo outras manifestações sobre essa proposta, damos ao item 5 o encaminhamento de indicativo à comissão de acompanhamento da DN e posterior revisão a partir de indicações que saiam dela, pela CTEP". **6) ASSUNTOS GERAIS.** Não houveram manifestações. **7) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente Thiago Figueiredo Santana declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

**Thiago Figueiredo Santana**

Presidente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Figueiredo Santana, Diretor (a)**, em 03/02/2023, às 11:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **60215107** e o código CRC **914E276B**.

**Referência:** Processo nº 1370.01.0002855/2023-03

SEI nº 60215107